



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREVI PAULISTA PLANO FINANCEIRO
Balança Financeiro

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº

Exercício: 2023

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	2023	2022	Especificação	2023	2022
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	80.873.067,27	85.949.770,09	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	126.510.090,85	109.552.163,18
- Ordinária	27.311.152,15	0,00	- Ordinária	39.405.070,60	35.309.008,60
- Vinculada	53.561.915,12	85.949.770,09	- Vinculada	87.105.020,25	74.243.154,58
- Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	- Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00
- Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	- Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00
- Recursos Destinado a Previdência Social - RPPS	45.982.551,44	81.686.094,29	- Recursos Destinado a Previdência Social - RPPS	81.663.050,39	70.268.396,75
- Recursos Destinado a Assistência Social	0,00	0,00	- Recursos Destinado a Assistência Social	0,00	0,00
- Outras Destinações de Recursos	7.579.363,68	4.263.675,80	- Outras Destinações de Recursos	5.441.969,86	3.974.757,83
			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	1.566.231,78	459.993,04
			- Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	1.566.231,78	459.993,04
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	34.704.365,92	32.861.905,78	- Transferências Financeiras Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
- Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	26.443.039,93	17.573.374,75	- Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
- Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	- Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
- Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	8.261.325,99	15.288.531,03			
- Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	52.655.797,52	22.808.939,75
			- Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00	8.067,25
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III)	55.615.658,14	22.689.336,26	- Pagamentos de Restos a Pagar Processados	16.916,72	1.243,98
- Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	57.036,03	17.631,38	- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	52.409.345,10	22.799.628,52
- Inscrição de Restos a Pagar Processados	12.168,80	16.916,72	- Outros Pagamentos Extraorçamentários	229.535,70	0,00
- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	55.331.008,49	22.654.788,16			
- Outros Recebimentos Extraorçamentários	215.444,82	0,00	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	192.776,54	9.731.805,36
			- Caixa e Equivalentes de Caixa	167.776,54	9.706.805,36
Saldo do Exercício Anterior (IV)	9.731.805,36	1.051.889,20	- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	25.000,00	0,00
- Caixa e Equivalentes de Caixa	9.706.805,36	1.026.889,20	- Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	25.000,00	0,00			
- Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00			
Total Geral dos Ingressos (V) = (I+II+III+IV)	180.924.896,69	142.527.901,33	Total Geral dos Dispêndios (X) = (VI+VII+VIII+IX)	180.924.896,69	142.527.901,33

LUIZ AUGUSTO DA SILVA
JUNIOR:91894239415
LUIZ AUGUSTO DA SILVA JÚNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

Assinado de forma digital por
LUIZ AUGUSTO DA SILVA
JUNIOR:91894239415
Dados: 2024.03.28 14:29:10 -03'00'

ROBERVANIA AFONSO
LINS:88178285487
ROBERVÂNIA AFONSO LINS
CONTADORA –CRC: 017.026/O-2

Assinado de forma digital por
ROBERVANIA AFONSO
LINS:88178285487
Dados: 2024.03.28 11:47:26 -03'00'





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2023
BALANÇO FINANCEIRO – PLANO FINANCEIRO

1. Informações Gerais

Com sede e foro no município de Paulista-PE, o Instituto de Previdência Social do Município de Paulista, PREVIPAULISTA, é uma Autarquia Municipal, criado pela Lei nº 4012/2007, e é responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Paulista.

O histórico sobre previdência social dos servidores públicos no Município do Paulista se inicia no convênio com o Estado de Pernambuco, através do extinto IPSEP, em 1980. No mesmo ano, com a Lei nº 1836, o Município assegurou à viúva cônjuge ou companheira do servidor municipal uma pensão mensal e vitalícia no valor de um salário mínimo regional. Já em 2001, em consequência dos efeitos das Emendas Constitucionais nº 19 e nº 20, ambas de 1998, que, entre outros efeitos, desfez os convênios previdenciários entre Estado e seus Municípios, foi publicada a Lei nº 3.613 que, efetivamente, criou o benefício previdenciário de Pensão Por Morte para os servidores municipais do Paulista, regulamentando-o quanto aos critérios de acesso e pagamento. Finalmente, em abril de 2004, novamente sob os efeitos de uma Emenda Constitucional, a de nº 41 de 2003, a Lei nº 3783, cria o Fundo de Previdência do Município do Paulista – FUNPREV, trazendo para o Município a responsabilidade do pagamento de todos os benefícios previdenciários para seus servidores.

Assim, nasceu o Regime Próprio de Previdência Social do Município do Paulista. Em 2007, foi criada a unidade gestora única do RPPS municipal, substituindo o FUNPREV. Por meio da Lei nº 4012/2007, surge o Instituto de Previdência Social do Município do Paulista – PREVIPAULISTA. A Lei nº 5050/2021 reestrutura o Regime Próprio de Previdência do Município do Paulista, altera a Lei nº 4227/2011 para adequação à Emenda Constitucional nº 103/2019.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância à legislação vigente, em especial ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, 9ª edição, as Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC, publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Foram observadas ainda as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Para atender plenamente ao disposto nas referidas normas, no que tange a adoção do regime de competência, diversos procedimentos estão sendo definidos e implementados, seguindo cronograma, previsto no plano de implantação dos procedimentos patrimoniais, conforme resolução STN nº 548/2015, informado ao Tribunal de Contas do Estado-TCE, junto com a prestação de contas anual da prefeitura.

Foram elaboradas às seguintes demonstrações: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; e Demonstração de Fluxo de Caixa.

O regime próprio de previdência do Município possui segregação de massas, sendo elaboradas demonstrações segregadas do plano financeiro e previdenciário, bem como a demonstração consolidada do RPPS.

Em razão da exigência do TCE/PE de constar notas para cada demonstração, ao invés de um arquivo único consolidando as notas explicativas, foram elaboradas notas individuais para cada relatório.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2023
BALANÇO FINANCEIRO – PLANO FINANCEIRO

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

3.1 Disponibilidades

As disponibilidades são avaliadas ou mensuradas pelo seu valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

3.2 Créditos e Dívidas

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial, conforme previsto na legislação vigente.

3.3 Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Atualmente, é composto, em sua totalidade, de bens móveis. Em virtude de os bens móveis estarem registrados a valor histórico, o registro da depreciação depende do ajuste dos bens a valor justo, bem como de ferramenta adequada para controle e quantificação do valor da depreciação.

4. Balanço Financeiro

Este Balanço mostra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, além dos saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Nota 1 – Receita Orçamentária – Esta receita importou em R\$ 80.873.067,27 (oitenta milhões, oitocentos e setenta e três mil, sessenta e sete reais e vinte e sete centavos), sendo R\$ 681.791,82 (seiscentos e oitenta e um mil, setecentos e noventa e um reais e oitenta e dois centavos), referente a Imposto de Renda que de acordo com a Lei 5050/2021 determina ser receita do Instituto.

Nota 2 – Despesa Orçamentária – É informada pela despesa empenhada, sendo o valor dos restos a pagar inscritos informado como ingressos, para compensação do fluxo financeiro.

Nota 3 – Transferências Financeiras Concedidas – Compreende os valores repassados ao Plano Previdenciário referente rendimentos de aplicação financeira e saldo em conta corrente que no momento da segregação ficou indevidamente nesse Plano.

Paulista, 31 de dezembro de 2023.

Robervânia Afonso Lins
Contadora – CPF 881.782.854-87
CRC 017.026/O-2

LUIZ
AUGUSTO
DA SILVA
JUNIOR:91
894239415

Assinado de forma
digital por LUIZ
AUGUSTO DA
SILVA
JUNIOR:91894239
415
Dados: 2024.03.28
14:29:28 -03'00'

ROBERVANIA
AFONSO
LINS:881782
85487

Assinado de forma
digital por
ROBERVANIA AFONSO
LINS:88178285487
Dados: 2024.03.28
11:47:45 -03'00'





ESTADO DE PERNAMBUCO
PREVI PAULISTA PLANO PREVIDENCIÁRIO
Balanco Financeiro

Anexo 13 - Art. 103 da Lei Federal nº

Exercício: 2023

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	2023	2022	Especificação	2023	2022
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	36.544.728,09	26.718.339,74	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	289.207,38	271.630,18
- Ordinária	0,00	0,00	- Ordinária	0,00	0,00
- Vinculada	36.544.728,09	26.718.339,74	- Vinculada	289.207,38	271.630,18
- Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	- Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00
- Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	- Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00
- Recursos Destinado a Previdência Social - RPPS	36.524.856,49	26.718.339,74	- Recursos Destinado a Previdência Social - RPPS	288.130,68	271.630,18
- Recursos Destinado a Assistência Social	0,00	0,00	- Recursos Destinado a Assistência Social	0,00	0,00
- Outras Destinações de Recursos	19.871,60	0,00	- Outras Destinações de Recursos	1.076,70	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	1.566.920,24	459.993,04	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	21.228.548,31	1.239,49
- Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	1.566.920,24	459.993,04	- Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	21.228.548,31	1.239,49
- Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	- Transferências Financeiras Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
- Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00	- Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
- Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00	- Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III)	28.746.067,54	27.560,88	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	28.744.548,31	25.182,55
- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	38.067,54	27.560,88	- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	36.548,31	25.182,55
- Outros Recebimentos Extraorçamentários	28.708.000,00	0,00	- Outros Pagamentos Extraorçamentários	28.708.000,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	77.730.927,38	50.823.085,94	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	94.326.339,25	77.730.927,38
- Caixa e Equivalentes de Caixa	77.730.927,38	50.823.085,94	- Caixa e Equivalentes de Caixa	94.326.339,25	77.730.927,38
- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
- Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00	- Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Total Geral dos Ingressos (V) = (I+II+III+IV)	144.588.643,25	78.028.979,60	Total Geral dos Dispêndios (X) = (VI+VII+VIII+IX)	144.588.643,25	78.028.979,60

LUIZ AUGUSTO DA SILVA
Assinado de forma digital por LUIZ AUGUSTO DA SILVA JUNIOR:91894239415
Dados: 2024.03.28 14:29:41 -03'00'
LUIZ AUGUSTO DA SILVA JÚNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

ROBERVANIA AFONSO
Assinado de forma digital por ROBERVANIA AFONSO LINS:88178285487
Dados: 2024.03.28 11:48:08 -03'00'
ROBERVÂNIA AFONSO LINS
CONTADORA –CRC: 017.026/O-2





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2023
BALANÇO FINANCEIRO – PLANO PREVIDENCIÁRIO

1. Informações Gerais

Com sede e foro no município de Paulista-PE, o Instituto de Previdência Social do Município de Paulista, PREVIPAULISTA, é uma Autarquia Municipal, criado pela Lei nº 4012/2007, e é responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Paulista.

O histórico sobre previdência social dos servidores públicos no Município do Paulista se inicia no convênio com o Estado de Pernambuco, através do extinto IPSEP, em 1980. No mesmo ano, com a Lei nº 1836, o Município assegurou à viúva cônjuge ou companheira do servidor municipal uma pensão mensal e vitalícia no valor de um salário mínimo regional. Já em 2001, em consequência dos efeitos das Emendas Constitucionais nº 19 e nº 20, ambas de 1998, que, entre outros efeitos, desfez os convênios previdenciários entre Estado e seus Municípios, foi publicada a Lei nº 3.613 que, efetivamente, criou o benefício previdenciário de Pensão Por Morte para os servidores municipais do Paulista, regulamentando-o quanto aos critérios de acesso e pagamento. Finalmente, em abril de 2004, novamente sob os efeitos de uma Emenda Constitucional, a de nº 41 de 2003, a Lei nº 3783, cria o Fundo de Previdência do Município do Paulista – FUNPREV, trazendo para o Município a responsabilidade do pagamento de todos os benefícios previdenciários para seus servidores.

Assim, nasceu o Regime Próprio de Previdência Social do Município do Paulista. Em 2007, foi criada a unidade gestora única do RPPS municipal, substituindo o FUNPREV. Por meio da Lei nº 4012/2007, surge o Instituto de Previdência Social do Município do Paulista – PREVIPAULISTA. A Lei nº 5050/2021 reestrutura o Regime Próprio de Previdência do Município do Paulista, altera a Lei nº 4227/2011 para adequação à Emenda Constitucional nº 103/2019.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância à legislação vigente, em especial ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, 9ª edição, as Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC, publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Foram observadas ainda as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Para atender plenamente ao disposto nas referidas normas, no que tange a adoção do regime de competência, diversos procedimentos estão sendo definidos e implementados, seguindo cronograma, previsto no plano de implantação dos procedimentos patrimoniais, conforme resolução STN nº 548/2015, informado ao Tribunal de Contas do Estado-TCE, junto com a prestação de contas anual da prefeitura.

Foram elaboradas às seguintes demonstrações: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; e Demonstração de Fluxo de Caixa.

O regime próprio de previdência do Município possui segregação de massas, sendo elaboradas demonstrações segregadas do plano financeiro e previdenciário, bem como a demonstração consolidada do RPPS.

Em razão da exigência do TCE/PE de constar notas para cada demonstração, ao invés de um arquivo único consolidando as notas explicativas, foram elaboradas notas individuais para cada relatório.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2023
BALANÇO FINANCEIRO – PLANO PREVIDENCIÁRIO

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

3.1 Disponibilidades

As disponibilidades são avaliadas ou mensuradas pelo seu valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

3.2 Créditos e Dívidas

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial, conforme previsto na legislação vigente.

3.3 Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Atualmente, é composto, em sua totalidade, de bens móveis. Em virtude de os bens móveis estarem registrados a valor histórico, o registro da depreciação depende do ajuste dos bens a valor justo, bem como de ferramenta adequada para controle e quantificação do valor da depreciação.

4. Balanço Financeiro

Este Balanço mostra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, além dos saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Nota 1 – Receita Orçamentária – Esta receita importou em R\$ 36.544.728,09 (trinta e seis milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, setecentos e vinte e oito reais e nove centavos), sendo R\$ 344,23 (trezentos e quarenta e quatro reais e vinte e três centavos) referente a Imposto de Renda, que de acordo com o artigo 37 da Lei 5050/2021 determina ser Receita do Instituto, a partir de fevereiro de 2023, o Instituto passou a repassar para a Prefeitura e a mesma devolve a título de transferência intra-orçamentária.

Nota 2 – Despesa Orçamentária – É informada pela despesa empenhada, sendo o valor dos restos a pagar inscritos informado como ingressos, para compensação do fluxo financeiro.

Paulista, 31 de dezembro de 2023.

Robervânia Afonso Lins
Contadora – CRC 017.026/O-2

ROBERVANIA
AFONSO
LINS:8817828
5487

Assinado de forma digital por
ROBERVANIA AFONSO
LINS:88178285487
Dados: 2024.03.28
11:48:29 -03'00'

2/2

LUIZ AUGUSTO DA SILVA
JUNIOR:9189423941
5

Assinado de forma digital por LUIZ AUGUSTO DA SILVA JUNIOR:91894239415
Dados: 2024.03.28 14:11:17 -03'00'

